

**HABEAS CORPUS Nº 466.614 - DF (2018/0221440-1)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**R.P/ACÓRDÃO** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : INSTITUTO DA ADVOCACIA SOCIAL - INAS  
**ADVOGADO** : PEDRO MACHADO DE ALMEIDA CASTRO - DF0026544  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
**PACIENTE** : EDERSON FRANCA CAVALCANTE (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. *HABEAS CORPUS* DENEGADO.

1. A pronúncia é mero reconhecimento de justa causa para a fase do júri, não se exigindo juízo de certeza, apenas a demonstração de prova da materialidade de crime doloso contra a vida e indícios de autoria.
2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na especial gravidade com que o delito foi praticado, tendo em vista que o acusado efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima por se tratarem de criminosos atuantes e líderes de grupos rivais na região, não há que falar em ilegalidade.
3. *Habeas corpus* denegado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, Prossequindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Rogério Schietti Cruz concedendo a ordem, no que foi acompanhado pelo Senhor Ministro Sebastião Reis Júnior que reconsiderou o voto, e o voto do Senhor Ministro Nefi Cordeiro denegando a ordem, sendo acompanhado pelos Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz, por maioria, denegar a ordem, nos termos do Voto do Sr. Ministro Nefi Cordeiro, que lavrará o acórdão. Vencidos os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz. Votaram com o Sr. Ministro Nefi Cordeiro os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz.

Votaram vencidos os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz (voto-vista) e Sebastião Reis Júnior.

Brasília, 21 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

